

Investimento

X Dívida Pública

Porque não há
dinheiro para
investimentos
públicos?



Entrevista: Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli: “Já não aguentamos pagar essa conta”

Páginas 7 a 9

Confira como foi o Seminário de Investimento Público

Evento nacional, realizado em Curitiba pelo Senge-PR, Fisenge e Dieese, reuniu especialistas e destacou a importância da retomada de investimentos públicos na área de infraestrutura para o país continuar seguindo seu ritmo de crescimento e contribuir para a redução da desigualdade social.

Páginas 10 e 11



□ Entrevista

“Já não aguentamos pagar essa conta”

Em entrevista exclusiva a “O Engenheiro”, a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, **Maria Lucia Fattorelli**, fala sobre a dívida pública brasileira, principal responsável pelo sucateamento dos serviços públicos do país e gera aos brasileiros uma das mais pesadas cargas tributárias do mundo.

Desde 2001, Maria Lucia Fattorelli coordena os trabalhos da Auditoria Cidadã da Dívida, movimento apartidário, independente, e aberto à participação de todos os cidadãos que se incomodam com as injustiças provocadas pelo processo de endividamento brasileiro e que exigem o cumprimento da Constituição Federal de 1988. A Auditoria Cidadã é um dos resultados do Plebiscito da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro de 2000 pela Campanha Jubileu Sul. Na ocasião, mais de 6 milhões de brasileiros, se manifestaram contra a manutenção do acordo com o FMI, à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal e à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores internacionais.

Como o Congresso Nacional não a convoca a auditoria oficial, como determinou a Constituição Federal de 1988, um grupo de entidades se organizou para promover uma auditoria que se denomina cidadã, pelo fato de estar sendo realizada por cidadãos e para os cidadãos. Ao longo desse anos, a Auditoria Cidadã tem acessado documentos e realizado estudos, para resgatar o processo histórico do endividamento e apontar suas causas. Ao mesmo tempo, acompanha o comportamento do endividamento brasileiro e seus mecanismos na atualidade. O resultado do trabalho é divulgado por meio de publicações didáticas, tais como boletins, cartilhas, vídeo e livro, além do sítio na internet (www.divida-auditoriacidada.org.br). A Auditoria Cidadã também participou ativamente da Comissão para a Auditoria Integral da Dívida do Equador



Marcelo Brandt

Maria Lucia Fattorelli

realizada em 2007 e 2008 e da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados (2008/2009). Graduada em Administração e Ciências Contábeis, Fattorelli tem MBA em Administração Tributária pela Fundação Getúlio Vargas e foi a organizadora do livro “Auditoria da Dívida: Uma Questão de Soberania”, publicado pela Editora Contraponto em 2003. Também foi Membro da Comissão de Auditoria Oficial da Dívida Pública Equatoriana e Assessora Técnica da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados no período de outubro/2009 a abril/2010.

Leia a entrevista.

Senge-PR - Desde que o movimento Auditoria Cidadã foi criado, com o objetivo de dissecar o processo de endividamento do Brasil, vocês tem acessado documentos e realizado estudos, para resgatar o processo histórico do endividamento, apontar suas causas e sugerir ações no sentido de reduzir o montante das dívidas interna e externa. Infelizmente, apesar da União destinar quase 35% do orçamento para o pagamento de juros e amortizações da dívida, em sacrifício a outras áreas como saúde e educação, nossa dívida não para de crescer. Até quando o país aguenta pagar essa conta?

Fattorelli - Há muitas décadas já não aguentamos pagar essa conta. A dívida tem sido paga à custa do sacrifício geral do povo brasileiro e do patrimônio nacional. O endividamento público é um dos principais responsáveis pelo fato de o Brasil – 8ª economia mundial – estar na 78ª posição em termos de respeito aos direitos >>



>> humanos, segundo o relatório da ONU que mede o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também somos um dos países mais injustos do mundo, pois temos o 8º pior Coeficiente de Gini, (que mede a desigualdade da distribuição de renda). Apesar das falaciosas propagandas eleitorais recentemente veiculadas, mais da metade dos brasileiros sequer possui vaso sanitário em casa e os serviços públicos de saúde, educação, segurança e transporte, entre outros, tem se mostrado insuficientes e até degradantes, apesar de arcarmos com uma das mais pesadas cargas tributárias do mundo.

O patrimônio nacional também tem sido extremamente afetado pelo endividamento público. A privatização de 70% das empresas estatais estratégicas e lucrativas desde a década de 90 teve como justificativa o pagamento da dívida pública. O lucro das estatais remanescentes é obrigatoriamente destinado ao pagamento da dívida, por lei. Acabamos de constatar que poços do pré-sal são entregues para

pagar dívida pública, o que é extremamente grave e lesivo aos interesses nacionais.

Em 2009, R\$ 380 bilhões foram destinados, pela União, para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, ou seja, mais de um bilhão por dia! Ao mesmo tempo, várias ações urgentes e necessárias deixaram de ser realizadas por falta de recursos. Esses são apenas alguns exemplos para ilustrar o fato de que é preciso rever esse processo, principalmente devido à constatação de que essa dívida é fruto de sucessivos mecanismos financeiros e da incidência de juros sobre juros, sem a devida contrapartida em bens e serviços. Essa dívida sem justificativa efetiva que tem custado muito caro à nação, conforme comprovamos em estudos realizados pela Auditoria Cidadã há dez anos, respaldados em documentos acessados pela recente Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados.

A dívida externa já supera US\$ 300 bilhões e a dívida interna ultrapassou a casa

dos R\$ 2 trilhões e não para de crescer. A “capitalização” da Petrobras significou mais um aumento brutal da dívida interna, que paga os juros mais elevados do mundo.

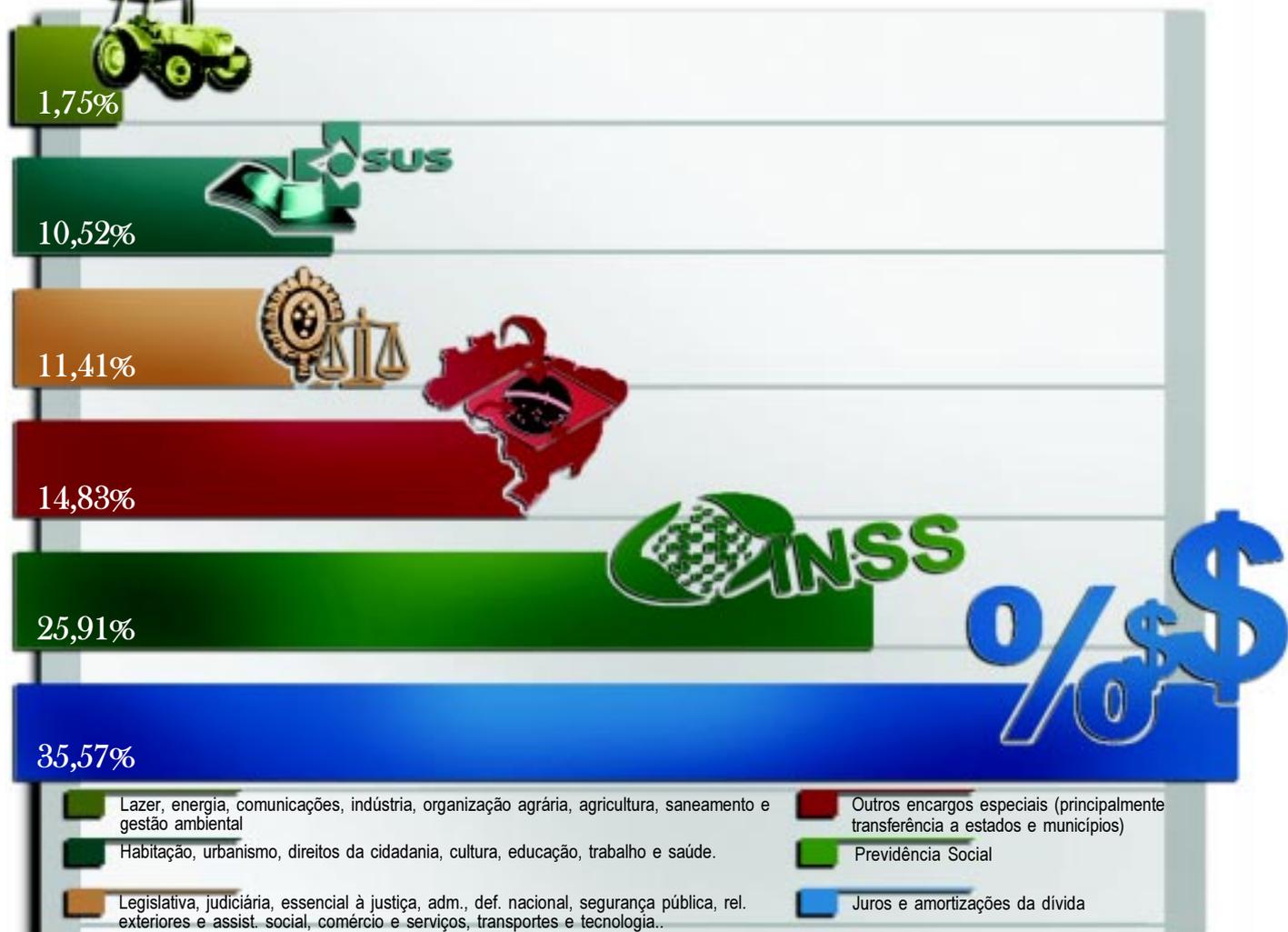
O gasto com o endividamento superou várias vezes os recursos destinados a áreas essenciais para garantir os direitos humanos e sociais do povo brasileiro, tais como saúde, educação, reforma agrária, meio ambiente, segurança, saneamento e muitas outras (confira gráfico)

Observe-se que o gráfico não computou a chamada “rolagem” da dívida, ou “refinanciamento”, que significa o pagamento de amortizações por meio da emissão de novos títulos. Se considerarmos a rolagem, os gastos com o endividamento saltam para cerca de 48% de tudo o que foi gasto durante o ano!

Diante disso, é urgente a realização de uma completa auditoria da dívida pública.

Senge-PR - Em 2009, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a dívida pública da União, estados e municípios. Diversos especialistas

Orçamento e destino de recursos da União por função em 2009



Fonte: Siafi - Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida - Não inclui o “refinanciamento”



prestaram depoimentos e mostraram indícios de ilegalidades no processo de endividamento do país. Porém, o relatório final não foi encaminhado ao Ministério Público Federal, pois de acordo com o relator da CPI, deputado Pedro Novais (PMDB/MA), não foram encontrados durante os trabalhos da CPI “documentos ou informações que indiquem responsáveis civis ou criminais”. Como a senhora avalia o trabalho dessa CPI?

Fattorelli - Apesar de condições políticas extremamente desfavoráveis, a CPI da Dívida Pública foi instalada em agosto de 2009, graças ao empenho do deputado Ivan Valente (PSOL/SP) e de diversas entidades da Sociedade Civil. Essa CPI teve o mérito de reinserir o tema do endividamento público no debate político, pois suas sessões semanais contaram com a participação de especialistas e foram transmitidas pela internet e pela TV Câmara. A CPI também permitiu acesso a importantes documentos históricos que não eram conhecidos e possibilitou grande mobilização social em torno do tema, pois importantes entidades compareceram aos debates, exercendo pressão junto ao Legislativo.

É importante assinalar que o Relatório Final da CPI, elaborado pelo dep. Pedro Novais, reconheceu diversas denúncias feitas pela Auditoria Cidadã da Dívida, tais como a ausência de transparência na divulgação dos números da dívida e na contabilização dos juros; ausência do devido acompanhamento pelo TCU; prática de juros “não-civilizados”; a dívida é produto fundamentalmente de juros sobre juros, ou seja, não teve a necessária contrapartida em termos de investimentos sociais e econômicos; a dívida interna – que paga os juros mais altos do mundo – tem crescido nos últimos anos para financiar a compra de dólares das reservas internacionais, que são aplicadas em títulos do Tesouro dos EUA e não rendem quase nada, gerando grande ônus para as contas públicas; o Senado Federal renunciou à sua competência, permitindo emissões de títulos sem especificar suas características; entre outros pontos.

Tal relatório contém flagrante incongruência, pois apesar do grave diagnóstico, conclui não ter encontrado irregularidades no endividamento, deixando de recomendar a realização da auditoria e o envio das descobertas ao Ministério Público. Isto decorreu das condições políticas vigentes no Congresso, onde a maioria dos representantes pertence aos governos de Lula e FHC, nos quais a política de endividamento foi essencialmente a

mesma, inexistindo, portanto, interesse em apontar culpados.

Face à pressão da sociedade, representada por entidades assíduas às sessões da CPI e em gabinetes de seus membros, somente 1/3 dos 24 membros da CPI votaram a favor do Relatório de Novais, que foi aprovado pela apertada margem de 8 votos a 5. Adicionalmente, foi apresentado o Voto em Separado (Relatório Alternativo) pelo Deputado Ivan Valente (PSOL/SP) que considerou relevantes contribuições da Sociedade Civil, que requer o aprofundamento das investigações, bem como a completa auditoria da dívida. O voto em separado também contou com 8 assinaturas de parlamentares, ou seja, teve o mesmo peso político do Relatório oficial. O voto em separado foi entregue ao Ministério Público para o aprofundamento das investigações e elaboração de ações jurídicas a serem enviadas à Justiça. Portanto, a CPI foi um passo muito importante e agora depende da atuação do MP para que as investigações sejam aprofundadas e que os responsáveis por atos danosos ao patrimônio público e aos direitos humanos sejam processados judicialmente.

Senge-PR - *Porque a dívida pública brasileira ainda não foi auditada, como prevê a Constituição Federal Brasileira?*

Fattorelli - Esta pergunta é muito importante e deveria ser formulada por todos os brasileiros aos dirigentes políticos do país desde 1988. Justamente o não cumprimento da Constituição foi o fator que instigou a criação da Auditoria Cidadã da Dívida, após a relevante participação de mais de seis milhões de brasileiros no Plebiscito da Dívida realizado no ano 2000.

O endividamento público é, em tese, uma forma legítima de financiamento do Estado, porém, no Brasil e em diversos países do Sul, o endividamento tem sido um mecanismo que historicamente não tem servido para financiar o Estado, mas sim uma contínua sangria de recursos públicos que foram desviados para o setor financeiro privado, prejudicando toda atividade produtiva, inibindo a economia real em favor da especulação.

Infelizmente, o país se encontra a serviço dos grandes especuladores que não tem interesse em jogar luz sobre esse processo espúrio que lhes rende elevadíssimos ganhos. Os lucros dos bancos superam os bilhões e crescem exponencialmente. Cabe aos que estão pagando a conta reivindicar a realização da

auditoria e o respeito à nossa Constituição.

Senge-PR - *Seria possível o Brasil seguir o exemplo do Equador, que por decisão do Presidente Rafael Correa, embasado pelas autoridades jurídicas do país, suspendeu o pagamento dos juros dos bônus da dívida externa?*

Fattorelli - O Equador, um país bem menor que o Brasil em termos econômicos, mostrou sua superioridade como Nação que prioriza os direitos humanos de sua gente e enfrenta os detentores de dívida ilegal. Após a suspensão do pagamento dos juros dos títulos da dívida externa (Global 2012 e 2030), respaldado no relatório da auditoria e avaliações jurídicas, o Presidente Correa obteve uma anulação de 70% dessa dívida, com a concordância dos credores. Este é um precedente histórico que prova a força do instrumento da auditoria e mostra a real possibilidade de questionarmos a dívida de forma soberana. O alívio dos juros permitiu que os investimentos em saúde e educação se multiplicassem por 4 em 2009; estradas e outros investimentos estão sendo realizados e não se viu qualquer represália ou “isolamento” do Equador.

Evidentemente, tal atitude poderia ser seguida no Brasil, tendo em vista os inúmeros e graves indícios de ilegalidades e ilegitimidades levantados pela CPI e documentalmentemente respaldados. Aqui faltam vontade política e cobrança social. Nesse ponto estamos muito atrasados, principalmente devido à desinformação em relação ao tema.

Se o Brasil seguisse o exemplo equatoriano e anulasse 70% dos títulos da dívida, o país teria mais de R\$ 200 bilhões adicionais por ano, que poderiam ser destinados à garantia de emprego e investimentos reais. Ao invés disso, ao mesmo tempo em que o Equador obtinha a anulação de 70% de sua dívida externa em títulos, o Brasil resgatava antecipadamente títulos de sua dívida externa pagando ágio que chegou a superar o percentual de 50% em algumas operações, além de realizar transações inaceitáveis que promoveram a troca de dólares (moeda em queda) sem limites por títulos da dívida interna que pagam os maiores juros do mundo.

A modificação desse lamentável estado de coisas dependerá de crescente envolvimento social, o que se viabilizará a partir de atitudes de entidades respeitáveis, como o SENGE, que estão debatendo o tema e propiciando a mobilização.